

Nos dias aflitivos em que a CPI do Orçamento trouxe à tona algumas das mais escabrosas informações quanto ao desvio de verbas orçamentárias, através de conluio entre membros do Legislativo, do Executivo e empresas privadas, de pernambuco com a concessão de subvenções a entidades fantasmas, chegou-se a temer pelo futuro da democracia no Brasil. Se as nossas instituições, e notadamente o Congresso Nacional, se deixaram desmoralizar a tal ponto, não resistiriam diante de pressões externas que contra elas por suposto se mobilizariam.

A conclusão da CPI, depois de 92 dias tensos, mais que uma sensação de alívio, dá ao País renovada confiança na capacidade do regime democrático-representativo de responder aos protestos da opinião pública em âmbito nacional. O Congresso não foi lavado de todos os seus pecados, mas a CPI chegou onde deveria, como disse seu presidente, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), tendo realizado um trabalho digno e que só valoriza a instituição. Em seu incisivo relatório, o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) recomendou a cassação de dezoito congressistas, uma limpeza em regra, sem arbítrio, a todos sendo as-

CPI - Orçamento Gesto histórico de coragem cívica

segurado o direito de defesa. A aprovação de seu relatório pela CPI, no início da noite de sexta-feira, representa um gesto de coragem cívica com escassos paralelos em nossa história parlamentar.

Críticas têm sido feitas à não convocação deste ou daquele parlamentar para depor na CPI e há quem defenda a tese de que a Comissão deveria ter ido mais fundo, investigando também o financiamento irregular de campanhas eleitorais, bem como todo o processo de concessão de obras públicas a empreiteiras. Político experiente, bom conhecedor da Constituição e das leis, o senador Passarinho nunca perdeu de vista o objetivo precípua da instituição da CPI, evitando que os seus trabalhos transbordassem para outras áreas em função de explorações eleitoreiras. Com a ajuda do vice-presidente da Comissão, deputado Odacir Klein (PMDB-RS), ele soube resistir às pressões internas, coibir os exibicionismos, os exageros, afastando acusações infundadas e impondo sua autoridade pelo respeito.

A CPI pautou-se por critérios de justiça e, apesar dos confrontos, não resvalou para o partidarismo, conseguindo afinal somar. Se alguns de seus membros pareceram confundir o zelo pelo patrimônio público com o estardalhaço, outros realizaram um trabalho silencioso de apuração que permitiu dar o maior escopo possível ao relatório final.

Há outras três CPI no forno — a da CUT, a das Empreiteiras e a do Financiamento às Campanhas Eleitorais — e esperamos que elas se guiem pelos mesmos princípios éticos que acabaram por prevalecer na CPI do Orçamento. E que tenham para os cidadãos o mesmo valor didático. Hoje, graças ao relatório magistral do deputado Roberto Magalhães, podemos afirmar com segurança que a corrupção no manejo de verbas não é um subproduto da democracia ou da Constituição de 1988, que restituui aos parlamentares o direito de apresentar emendas ao Orçamento. Ela se origina da concentração do poder, mais evidente nos governos militares, quando se pas-

sou a valorizar financeiramente as pessoas com acesso ao poder.

Sabemos como a Comissão Mista do Orçamento se tornou viciada, o que não se deu apenas por expedientes regimentais; os vícios decorrem diretamente de sua relação promíscua com órgãos do Executivo, manejados por tecnoburocratas. Sabemos como agiam os "lobbies" com longa experiência em "modelar" orçamentos e dos indícios da existência de um "cartel de empreiteiras", que introduziu um sistema de rodízio para lotear licitações.

O deputado pernambucano não se ateve à descrição dos fatos apurados. Apresentou propostas para corrigir as distorções observadas, que vão da extinção da Comissão Mista do Orçamento ao aparelhamento do Congresso, através de auditorias, para poder fornecer melhores subsídios ao Tribunal de Contas da União (TCU). Outras de suas recomendações estão dentro do mesmo espírito das proposições do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) para embasar a revisão constitucional, em curso, como inelegibilidades, imunidade parlamentar, etc. Assim, no espaço de algumas semanas, neste início de 1994, a democracia brasileira pode vir a evoluir décadas.